



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)**  
**COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOCENTE (CAAD)**

**RELATÓRIO FINAL DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO (2021-2024)**

**Comissão de Autoavaliação do PPGEDU/UFPE:**

Profª. Raylane Barreto (Coordenadora do PPGEDU)  
Prof. Alexandre Simão de Freitas (Vice-coordenador do PPGEDU)  
Prof. Gustavo Gilson Oliveira (Coordenador da CAAD)  
Profª. Alice Botler (Coordenadora anterior do PPGEDU)  
Prof. André Gustavo Ferreira  
Prof. Aurino Ferreira  
Prof. Edilson Fernandes de Souza  
Profª. Eliana Borges Albuquerque  
Profª. Eugênia de Paula Cordeiro  
Prof. Kenio Lima  
Prof. Ramón Oliveira  
Prof. Andrea Brito Ferreira  
Profª. Laêda Machado  
Prof. Dirléia Ferreira (Participante Externa)  
Sra. Anna Carolina Ferraz (Representante do Corpo Técnico)  
Sra. Mônica Vanessa Bezerra (Representante do Corpo Técnico)  
Doutorando Silas Veloso (Representante Estudantil)  
Doutorando Emerson Nascimento (Representante Estudantil)

RECIFE, MARÇO DE 2025

## AGRADECIMENTO

A Comissão de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco manifesta sua profunda gratidão à Professora **Maria Dilnéia Espíndola Fernandes** (UFMS) por sua generosa contribuição ao nosso processo de autoavaliação. Seu olhar externo, crítico e ao mesmo tempo sensível, foi fundamental para enriquecer nossa compreensão sobre os avanços, desafios e possibilidades do PPGEDU. A análise detalhada e comprometida da Professora Dilnéia não apenas nos ajudou a reconhecer os pontos fortes de nosso trabalho, mas também iluminou caminhos para aprimorarmos ainda mais nossa trajetória acadêmica e institucional. Seu compromisso com a qualidade da pós-graduação e sua vasta experiência na área da educação foram essenciais para qualificar este processo, permitindo-nos construir uma avaliação rigorosa, reflexiva e orientada para a melhoria contínua. Agradecemos imensamente por sua total disponibilidade, atenção e valiosas sugestões. Que este diálogo siga inspirando nosso Programa a avançar cada vez mais na formação de pesquisadores e profissionais comprometidos com a educação pública, democrática e de excelência.

## SUMÁRIO

|                                                                                              |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                       | <b>4</b>  |
| <b>1. A AUTOAVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS DOCUMENTOS DA CAPES E DA UFPE.....</b>            | <b>8</b>  |
| <b>2. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGEDU/UFPE NO QUADRIÊNIO 2021-2024.....</b>            | <b>14</b> |
| <b>3. RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS E DISCUSSÕES COM OS SEGMENTOS DO PPGEDU.....</b>          | <b>19</b> |
| 3.1 DISCENTES.....                                                                           | 19        |
| 3.2 DOCENTES.....                                                                            | 21        |
| 3.3 EGRESSOS.....                                                                            | 22        |
| 3.4 EQUIPE TÉCNICA.....                                                                      | 23        |
| 3.5 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....                                                  | 24        |
| <b>4. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA A COORDENAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO PPGEDU.....</b> | <b>29</b> |
| 4.1 DISCENTES E EGRESSOS.....                                                                | 29        |
| 4.2 DOCENTES.....                                                                            | 31        |
| 4.3 EQUIPE TÉCNICA.....                                                                      | 32        |
| 4.4 APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....                                                            | 35        |
| 4.5 META-AVALIAÇÃO E PARECER DA PARTICIPANTE EXTERNA.....                                    | 38        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                             | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                      | <b>46</b> |

## INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) representa um marco significativo na formação acadêmica e na produção científica em Educação no país e, especialmente, no Nordeste brasileiro. Desde sua criação, o PPGEDU tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas educacionais, na capacitação de docentes e na construção de políticas públicas voltadas para a educação, sobretudo em Pernambuco e na região Nordeste. A criação do PPGEDU está inserida no contexto de expansão da pós-graduação no Brasil, especialmente a partir da década de 1960, com a regulamentação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pelo Parecer CFE nº 977/65. No caso específico da UFPE, o Programa foi estruturado no final da década de 1970, tendo suas primeiras atividades acadêmicas iniciadas em 1978. Seu surgimento se deu em um período de intensas transformações políticas e sociais no Brasil, com um sistema educacional em processo de modernização e de forte influência das diretrizes do regime militar ainda vigente à época.

No âmbito acadêmico, a fundação do PPGEDU se insere na necessidade de formar profissionais qualificados para atuar na educação superior e na gestão educacional. A escolha pela área de Planejamento Educacional como primeira Linha de Pesquisa reflete a influência das políticas de desenvolvimento governamentais, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), que viam a ampliação da escolarização como um dos pilares da modernização estatal e da capacitação de recursos humanos para o crescimento econômico (SILVA et al., 2012). Ao longo das décadas, o PPGEDU passou por diversas transformações, ampliando suas linhas de pesquisa e consolidando seu papel na formação de pesquisadoras/es e professoras/es. Durante a década de 1980, no contexto da redemocratização, o programa passou por reformulações curriculares e ampliou suas áreas de atuação, incorporando temas como História da Educação, Currículo e Políticas Educacionais.

A década de 1990 trouxe novos desafios e oportunidades para a pós-graduação no Brasil. O sistema de avaliação da CAPES foi fortalecido e exigiu dos programas uma maior estruturação dos padrões de formação de pesquisadores e atuação na produção acadêmica. Nesse período, o PPGEDU expandiu sua estrutura, fortaleceu parcerias com outras instituições nacionais, internacionais e, a partir do ano de 2002, passou a oferecer também a formação de pesquisadoras/es em nível de doutorado.

Atualmente, o programa conta com sessenta e dois docentes pesquisadoras/es, organizadas/os em oito linhas de pesquisa: Filosofia e História da Educação; Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação; Educação e Espiritualidade; Educação e Linguagem; Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular; Identidades e Memórias; Formação de Professores e Prática Pedagógica; Educação em Ciências. O PPGEDU da UFPE se destaca por sua abordagem interdisciplinar e pela ênfase na formação de pesquisadoras/es comprometidos com a participação nos debates públicos e com o enfrentamento dos problemas e contradições sociais no campo educacional.

Ciente de sua tradição e da importância de sua atuação nos cenários nacional e regional, o PPGEDU tem buscado assumir o Processo de Autoavaliação não somente como um

instrumento de prestação de contas e renovação de seu reconhecimento e legitimidade perante a universidade, o sistema de gestão da pós-graduação e a sociedade brasileira, mas, também, como uma oportunidade de reflexão sistemática e contínua sobre nossas próprias características como Programa de Pós-Graduação em Educação diante dos cenários acadêmico e social nos contextos nordestino, brasileiro e global, e sobre nossos desejos, desafios e possibilidades de atuação nesse cenário.

Essa reflexão não é meramente compreendida como um diagnóstico passivo de uma suposta realidade dada, tanto em relação ao próprio Programa quanto aos contextos históricos e sociais nos quais nos inserimos. Ela é proposta como parte de um processo permanente, conflitivo, colaborativo e aberto e de construção de um projeto coletivo de atuação como PPG por parte do pessoal docente, técnico, estudantes e egressos, em diálogo com a comunidade universitária, o campo acadêmico e as parcerias da sociedade civil.

É importante ressaltar que essa posição se encontra em consonância com a perspectiva proposta pelo Grupo de Trabalho sobre Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação da CAPES, o qual afirma que:

A autoavaliação é o processo de se avaliar a si próprio, por vezes também chamada avaliação interna ou avaliação institucional, quando referida às organizações. Seu principal objetivo é formativo, de aprendizagem. Uma vez que é planejada, conduzida, implementada e analisada por pessoas elas próprias formuladoras e agentes das ações a serem avaliadas, a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão. Em outras palavras, a autoavaliação é um processo avaliativo conceituado e autogerido pela comunidade acadêmica. A comunidade tem a titularidade da avaliação. Envolve a participação de distintos atores da academia ou externos a ela (docentes, discentes, egressos, técnicos e outros), nos níveis hierárquicos diversos, dos estratégicos aos mais operacionais (BRASIL, 2019a, p. 5).

Como também indicou o Documento de Avaliação da Área 38, que fundamentou a inserção da Autoavaliação como elemento fundamental para a avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Educação:

A Área de Educação entende ser necessário ampliar o foco do processo avaliativo, reconhecendo que a autoavaliação, hoje muito utilizada nas experiências internacionais, pode trazer mais subsídios para o desenvolvimento de programas de pós-graduação com qualidade. Diferentemente da avaliação externa, a autoavaliação é um processo formativo, em que os que estão no processo se envolvam também na solução dos problemas identificados. Neste sentido, a autoavaliação favorece a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa (BRASIL, 2019b, p. 9-10).

O Processo de Autoavaliação – em conjunto com o Planejamento Estratégico – tem sido pensado, desse modo, como uma ação de produção de recursos e oportunidades voltadas para facilitar e fortalecer as condições de reconhecimento mútuo, diálogo e elaboração de concepções e estratégias coletivas por parte de pluralidade de agentes que formam o PPGEDU, com seus diferentes focos temáticos, matrizes teóricas, metodológicas e trajetórias de articulação com outros agentes acadêmicos e sociais.

A partir dessa perspectiva, o Colegiado do PPGEDU/UFPE designou a *Comissão de Autoavaliação e Acompanhamento Docente* (CAAD) como responsável pela coordenação do Processo de Autoavaliação do Programa. A CAAD é normalmente composta por representantes docentes de todas as Linhas de Pesquisa do Programa e, de acordo com o Regimento Interno do PPGEDU, possui as seguintes atribuições:

- I – conduzir o processo de autoavaliação e acompanhamento das atividades docentes, formulando relatório para o colegiado e sugerindo as providências necessárias para garantir a manutenção do padrão de qualidade acadêmica do Programa;
- II – discutir e propor políticas de autoavaliação destinadas a garantir a formação e o aperfeiçoamento dos(as) docentes, bem como o desenvolvimento da pesquisa e do padrão de qualidade acadêmica do Programa;
- III – organizar e conduzir o processo de autoavaliação da permanência dos(as) docentes do Programa, e emitir parecer para o colegiado recomendando a renovação do credenciamento ou o descredenciamento de docentes;
- IV – analisar e emitir parecer sobre os pedidos de credenciamento de docentes no PPGE/UFPE, por meio de edital próprio;
- V – assessorar a coordenação na elaboração de relatório de atividades do Programa (PPGEDU/UFPE, 2021, Título IV, Art. 18).

Embora a atividade de autoavaliação desenvolvida pela CAAD seja contínua e intrinsecamente articulada ao funcionamento do próprio Programa, especialmente no que diz respeito aos procedimentos de credenciamento e acompanhamento da atuação e produção de docentes, a Comissão entendeu que seria necessário a realização de um processo mais amplo de autoavaliação, envolvendo ativamente todos os segmentos do Programa. Para conduzir o Processo de Autoavaliação de forma democrática e participativa, portanto, a CAAD formou uma Comissão Ampliada, específica para esse propósito, que passou a ser formada por todas as pessoas membras da CAAD, mais duas pessoas representantes do corpo estudantil, mais duas pessoas representantes do corpo técnico, mais uma docente externa ao Programa. A Comissão de Autoavaliação começou a atuar no segundo semestre de 2023, a partir da realização de um Seminário de Autoavaliação e Planejamento que contou com a importante contribuição da Profa. Maria Dilnéia Fernandes (UFMS) e do Prof. Ângelo Ricardo de Souza (UFPR), coordenador da Área de Educação na CAPES. Com base nas demandas apresentadas e discutida nesse Seminário, a Comissão elaborou um amplo conjunto de atividades, desenvolvidas entre os anos de 2023 e 2024, para estimular a reflexão do Programa sobre sua própria atuação.

Este relatório busca apresentar uma síntese das principais concepções, procedimentos, resultados e recomendações do Processo de Autoavaliação realizado.

O primeiro capítulo oferece uma breve revisão dos documentos oficiais da CAPES e da UFPE que orientaram a elaboração do Processo de Autoavaliação. O segundo capítulo delinea as estratégias e ações propostas pela Comissão e desenvolvidas como parte da Autoavaliação do PPGEDU. O terceiro capítulo apresenta os principais resultados dos levantamentos e discussões realizadas com cada segmento de agentes do Programa ao longo do Processo. O quarto capítulo busca condensar as principais recomendações formuladas pelos diferentes segmentos e pela Comissão de Autoavaliação a partir do processo realizado. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais e as referências dos textos e documentos citados ao longo do relatório.

## **1. A AUTOAVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS DOCUMENTOS DA CAPES E DA UFPE**

A avaliação da pós-graduação no Brasil tem evoluído continuamente, refletindo transformações no entendimento sobre qualidade acadêmica e impacto social dos programas. Nesse contexto, a autoavaliação emerge como ferramenta fundamental para o aprimoramento dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), sendo incorporada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este capítulo analisa as principais características do modelo de autoavaliação da pós-graduação proposto nos textos “Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação: Grupo de Trabalho” (BRASIL, 2019a), produzido pela CAPES, e “Documento norteador para o processo de autoavaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu da UFPE” (BRASIL, 2020), produzido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPE, discutindo suas concepções, objetivos, agentes envolvidos, etapas e resultados esperados.

Os documentos analisados indicam que tanto a CAPES quanto a UFPE concebem a autoavaliação como um processo formativo, reflexivo e participativo. A CAPES destaca a autoavaliação como um componente essencial para o aprimoramento do sistema de avaliação, permitindo que os programas analisem criticamente seus processos internos e suas contribuições para a sociedade. Como afirmado no documento da CAPES (2019a, p. 7) “a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão”. A UFPE reforça essa perspectiva, enfatizando que a autoavaliação deve ser um instrumento de gestão e planejamento, conduzido pela comunidade acadêmica com autonomia e responsabilidade. Segundo o Documento Norteador da UFPE (2020, p. 3): “a autoavaliação se fundamenta no potencial reflexivo e formativo das práticas e processos de avaliação, objetivando aprofundar o conhecimento dos programas sobre si mesmos”.

A CAPES propõe que a autoavaliação seja integrada à avaliação externa, criando uma dinâmica de complementaridade entre ambos os processos. Conforme descrito no relatório da CAPES (2019a, p. 9):

(...) cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes à sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas. Trata-se, na prática, de colocar em ação o elementar processo de detectar pontos fortes e potencialidades, tanto quanto discriminar pontos fracos dos programas e prever oportunidades e metas.

Para garantir essa complementaridade, o programa pode estabelecer mecanismos internos de monitoramento contínuo, como reuniões periódicas entre docentes e discentes, além da implementação de questionários regulares para avaliar a percepção dos alunos sobre a qualidade do ensino e da orientação. Os dados coletados são, então, utilizados para embasar tanto os processos de autoavaliação interna quanto os relatórios

exigidos pela CAPES, alinhando as necessidades institucionais e os critérios avaliativos nacionais.

Essa integração, no entanto, também apresenta seus próprios desafios. Um dos principais é a adaptação dos critérios da CAPES à realidade local do programa, considerando as particularidades socioculturais e econômicas da região. Além disso, pode haver dificuldades na mobilização de docentes e discentes para participação ativa no processo, exigindo estratégias eficazes de mobilização. Outro obstáculo é a necessidade de infraestrutura e suporte técnico para a coleta e análise de dados, o que pode demandar investimentos e capacitação da equipe. Por outro lado, os potenciais benefícios desse modelo são significativos. A integração entre autoavaliação e avaliação externa permite que o programa de Educação fortaleça sua identidade acadêmica e alinhe suas estratégias de desenvolvimento às demandas do contexto regional. Além disso, possibilita a identificação de boas práticas e desafios específicos, tornando o planejamento mais efetivo e contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do trabalho realizado e da formação oferecida.

Na prática, essa integração é proposta por meio da exigência de que os PPGs desenvolvam seus próprios processos internos de avaliação, alinhados às diretrizes e critérios estabelecidos pela CAPES. Isso permite que os programas utilizem a autoavaliação como ferramenta diagnóstica para aprimorar sua estrutura, produção acadêmica e incidência nos debates públicos e na realidade social, ao mesmo tempo em que subsidiam a avaliação externa com informações mais contextualizadas. Nesse mesmo sentido, a UFPE defende a autoavaliação como um meio de alinhar as metas institucionais e acadêmicas dos PPGs, garantindo uma maior coesão entre planejamento estratégico e execução das atividades acadêmicas. Além disso, a autoavaliação também contribui para a definição de políticas institucionais de longo prazo, permitindo uma maior previsibilidade e atenção sobre o desenvolvimento dos programas.

Os modelos delineados nos documentos da CAPES e da UFPE são, portanto, interdependentes, dado que a CAPES estabelece diretrizes gerais para todos os programas do país, enquanto a UFPE desenvolve um modelo adaptado às especificidades da instituição. Ambos os modelos enfatizam a importância da participação coletiva no processo avaliativo, envolvendo docentes, discentes, técnicos e egressos. A CAPES propõe que os programas estabeleçam suas próprias diretrizes de autoavaliação, mas, recomenda que elas estejam alinhadas com os critérios da ficha de avaliação externa. No caso do quadriênio 2021-2024, a ficha 2021. A UFPE, por sua vez, operacionaliza essas diretrizes, criando instâncias específicas para gestão da autoavaliação, como a Comissão de Autoavaliação (CAA), que assume papel importante na orientação do processo. Essa integração entre os modelos permite uma maior efetividade na implementação das recomendações de melhoria e garante que os processos avaliativos tenham uma implicação real na estruturação dos programas.

Ambos os documentos propõem que diversos atores participem da autoavaliação, interagindo de maneira colaborativa para garantir um processo mais abrangente e produtivo. A interação entre esses agentes permite que a autoavaliação não apenas reflita a realidade do programa, mas também resulte em ações concretas de aperfeiçoamento, alinhadas às necessidades e expectativas da comunidade acadêmica. As coordenações de programas desempenham um papel central na organização e direcionamento das estratégias avaliativas. Os principais agentes incluem, além da coordenação, docentes, discentes, egressos e participantes externos. Tanto os

documentos da CAPES quanto da UFPE estruturam a autoavaliação em **cinco fases ou etapas**, as quais têm sido aplicadas em diferentes programas com variações adaptadas às suas necessidades específicas. De modo geral, as fases ou etapas se organizam da seguinte forma:

1. **Preparação:** Nesta etapa inicial, ocorre a formação da equipe responsável pela autoavaliação, geralmente composta por representantes docentes, discentes e técnicos administrativos. Há um processo de sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da autoavaliação, garantindo o envolvimento de todos os agentes. Além disso, são definidos os critérios e metodologias, planejadas as atividades e estabelecido um cronograma detalhado para execução das ações.
2. **Implementação:** Consiste na aplicação das metodologias definidas na etapa anterior. O levantamento de informações e contribuições pode ser realizado por meio de questionários, entrevistas, grupos focais e análise documental. Essa fase busca obter uma visão ampla e detalhada sobre o programa, abordando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Os dados são então analisados, identificando tendências, padrões e áreas que necessitam de melhorias. Essa etapa envolve a utilização de diversas estratégias e recursos para a obtenção de uma visão ampla e detalhada sobre o programa.
3. **Divulgação dos resultados:** Após a análise dos dados, os resultados são organizados e apresentados à comunidade acadêmica de maneira clara e acessível. Essa divulgação pode ocorrer por meio de relatórios, apresentações públicas, reuniões institucionais e plataformas digitais. O objetivo é garantir transparência no processo, permitindo que todos os envolvidos tenham acesso às conclusões da autoavaliação e possam contribuir com sugestões para aprimoramento. Os dados são disponibilizados de forma acessível, permitindo que todos os agentes envolvidos possam contribuir para a reflexão e formulação de estratégias futuras.
4. **Uso dos resultados:** Com base nas conclusões obtidas, são formuladas estratégias de melhoria e ações concretas para aprimorar o desempenho do programa. Os dados coletados subsidiam decisões institucionais, impactando a gestão acadêmica, infraestrutura, currículo e políticas de pesquisa. Essa etapa garante que a autoavaliação não seja apenas um processo reflexivo, mas uma ferramenta efetiva para mudanças estruturais e pedagógicas. As informações coletadas são utilizadas para fundamentar decisões institucionais e aprimorar os processos de ensino, pesquisa e extensão dos programas. Como pontua o Documento Norteador da UFPE (BRASIL, 2020, p. 5), “os resultados obtidos no processo de autoavaliação devem ser usados/monitorados de forma sistemática e coerente, de modo a embasar a tomada de decisões pelas instâncias executivas e deliberativas do PPG”
5. **Meta-avaliação:** Trata-se de uma avaliação crítica do próprio processo de autoavaliação, verificando a eficácia dos métodos utilizados e identificando pontos a serem aprimorados para os próximos ciclos avaliativos. Essa etapa permite ajustes no modelo de autoavaliação, garantindo um aperfeiçoamento contínuo do processo e maior

efetividade na ação futura. Essa etapa garante que o processo seja continuamente aperfeiçoado.

Os resultados esperados da autoavaliação podem ser pensados em curto, médio e longo prazo, sendo fundamental acompanhar os desdobramentos do processo por meio de critérios e indicadores específicos. Esse acompanhamento é necessário para que a autoavaliação não se torne um processo apenas burocrático, mas sim um mecanismo contínuo de aperfeiçoamento do programa e de sua relevância acadêmica e social. Para cada horizonte, podem ser considerados diferentes parâmetros de avaliação:

- A. Curto prazo:
  - Identificação de problemas estruturais e acadêmicos.
  - Adoção de medidas emergenciais para melhorias imediatas.
  - Implementação de ações corretivas rápidas para ajustar o funcionamento dos programas.
- B. Médio prazo:
  - Fortalecimento da identidade acadêmica do programa.
  - Maior engajamento da comunidade acadêmica na gestão do PPG.
  - Desenvolvimento de um plano de ação estratégico baseado nos resultados da autoavaliação.
  - Estabelecimento de estratégias de acompanhamento contínuo da qualidade acadêmica e institucional.
- C. Longo prazo:
  - Consolidação de uma cultura de autoavaliação.
  - Ampliação da relevância social e acadêmica dos programas.
  - Aprimoramento contínuo da qualidade da formação em nível de pós-graduação e da incidência dos programas nos debates públicos.
  - Aprimoramento das políticas institucionais com base nos dados produzidos, garantindo maior capacidade de gestão acadêmica.

O modelo de autoavaliação apresentado nos documentos da CAPES e da UFPE aponta, desse modo, avanços significativos na gestão da pós-graduação brasileira. A articulação entre avaliação externa e autoavaliação permite um monitoramento mais aprofundado da qualidade acadêmica, favorecendo uma gestão participativa e dinâmica.

A institucionalização da autoavaliação na UFPE reforça a importância da reflexão contínua sobre os processos acadêmicos, garantindo sua adaptação às necessidades institucionais e sociais. Como destaca a CAPES (BRASIL, 2019, p. 11), “a autoavaliação é um exercício de autonomia responsável”, focado na qualidade do programa e na formação acadêmica na perspectiva da atuação social, científica e profissional.

No entanto, esse processo pode enfrentar desafios específicos, como a resistência à mudança por parte dos docentes e mesmo discentes, que podem perceber a autoavaliação como um procedimento burocrático adicional. O trabalho curricular também se apresenta como um desafio, pois a busca da relevância e incidência pública implica numa permanente abertura ao debate e à renovação, nem sempre condizentes com diretrizes mais rígidas. Além disso, há a dificuldade de mobilizar uma participação equitativa de todos os agentes envolvidos, dado que muitas/os docentes e pesquisadora/es acumulam múltiplas funções acadêmicas e administrativas. Para

superar esses desafios é necessária uma abordagem estratégica, que inclua diálogo contínuo, sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da autoavaliação e a adoção de metodologias flexíveis que favoreçam a integração entre avaliação interna e externa.

## **2. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGEDU/UFPE NO QUADRIÊNIO 2021-2024**

A Comissão de Autoavaliação e Acompanhamento Docente (CAAD) tem a atribuição de fazer uma autoavaliação sistemática e contínua do Programa através do monitoramento da atuação e produção de docentes, inclusive em conjunto com estudantes, grupos de pesquisa e outras parcerias acadêmicas, para auxiliar a Coordenação, o Colegiado e as Linhas de Pesquisa do PPGEDU na definição de políticas e critérios de (des)credenciamento de docentes e, especialmente, na elaboração e desenvolvimento de estratégias para aperfeiçoar a qualidade do trabalho do Programa.

Para isso, a CAAD atua a partir do acompanhamento direto da realidade interna do Programa, através dos representantes da Linhas de Pesquisa na Comissão e das reuniões mensais com a Coordenação do PPG, assim como através da análise das avaliações institucionais externas e documentos referenciais produzidos periodicamente pela Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da UFPE, pelo Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros agentes do sistema nacional de pós-graduação e dos campos acadêmico e social.

Ao longo do quadriênio 2021-2024, ainda marcado pelos efeitos da Pandemia de COVID-19, pela deslegitimação da pesquisa científica e educacional na gestão federal encerrada em 2022 e pela greve das universidades federais em 2024, a CAAD atuou intensamente buscando auxiliar a Coordenação do PPGEDU e das Linhas de Pesquisa a estimular nossos docentes a manter o andamento de suas pesquisas, a apresentação de trabalhos em eventos – mesmo que virtualmente – e a produção e publicação de artigos em revistas qualificadas, especialmente em conjunto com estudantes.

Ao perceber a queda significativa na participação e apresentação de trabalhos de estudantes em evento, ao longo do quadriênio, a CAAD recomendou diretamente à Coordenação e ao Colegiado do Programa o incentivo e a priorização do financiamento da participação de estudantes em eventos, com apresentação de trabalhos. A recomendação foi corroborada e implementada pelo Programa, ao longo do ano de 2024, o que ajudou a recuperar nosso patamar de participação de estudantes em eventos e de apresentação de trabalhos conjuntos entre docentes e estudantes.

Em conjunto com a atenção à produção acadêmica de docentes e estudantes, a CAAD atuou diretamente na indicação da necessidade de renovação e da busca de maior equilíbrio na composição da Linhas de Pesquisa do Programa. Ao perceber a redução excessiva do número de docentes em três das nove Linhas – algumas ainda em processo de consolidação – devido ao desligamento de docentes, a Comissão recomendou a abertura de um Edital de Credenciamento especialmente voltado para as Linhas com demanda. O Edital foi aberto em 2023, com a entrada dos docentes em 2024, o que permitiu a retomada do processo de consolidação das Linhas atendidas.

Outro foco de atuação da CAAD, nesse período, foi o estímulo aos processos de internacionalização do Programa, orientando as Linhas e Grupos de Pesquisa vinculados ao PPGEDU a buscar estabelecer e fortalecer as parcerias com pesquisadoras/es e Grupos de Pesquisa internacionais, tanto na América Latina e Sul Global quanto em

países do Norte, investindo especialmente nas parcerias em projetos de pesquisa, em publicações e intercâmbio de docentes e estudantes. Entre os avanços nesse âmbito, é possível destacar a parceria do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI) e da Linha de Pesquisa Teoria e História da Educação com a Profa. Rebeca Tarlau, inicialmente através do Programa de Pós-Graduação da Pennsylvania State University e, atualmente, no Stanford Graduate School of Education, Stanford University. Além da realização de reuniões virtuais de partilha de pesquisas e discussões entre docentes e estudantes do PPGEDU e da Penn State, a parceria também possibilitou a visita da Profa. Rebeca Tarlau ao Programa e a realização de uma série de atividades em parceria com o setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é estudado pela pesquisadora.

Vale a pena, também, mencionar a parceria do Grupo de Pesquisa Discurso, Subjetividade e Educação (DSE) e da Linha de Pesquisa Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular com o Center for Ideology and Discourse Analysis (CIDA) da Universidade de Essex (UK). Essa parceria já produziu publicações conjuntas, visitas mútuas entre pesquisadoras/es do Programa e do Centro, participação em atividades virtuais conjuntas, parcerias em eventos e participação em Projetos de Pesquisa.

É possível indicar, portanto, que a CAAD tem desempenhado de forma ativa e produtiva seu papel de autoavaliação contínua e sistemática, no PPGEDU, produzindo resultados efetivos na qualificação e aperfeiçoamento do Programa. A continuidade e fortalecimento dessa atuação também estão previstas no Planejamento Estratégico do Programa para o biênio 2025-2026, como pode ser observado no Eixo 03 do Documento Referencial de nosso planejamento:

#### EIXO 03: Fortalecimento da Política de Autoavaliação e Planejamento

Diretriz: Consolidar os processos de autoavaliação e as ações de planejamento com a participação efetiva de todos os segmentos do Programa.

01. Sistematizar e publicizar os documentos que materializam nossa Política de Autoavaliação, aperfeiçoando os processos da coleta ao tratamento dos dados;
02. Coordenar as ações de Planejamento e Gestão Financeira do PPGEDU, envolvendo diretamente as Linhas de pesquisa na priorização das metas, elaboração de critérios para uso coletivo dos recursos financeiros e acompanhamento das atividades;
03. Propor uma política de internacionalização, dentro de um planejamento com ações definidas, com base na equidade, diversidade, solidariedade e na simetria das parcerias, a partir de um diagnóstico das potencialidades já existentes nas Linhas de pesquisa;
04. Incentivar e/ou valorizar ações de aproximação e/ou articulação entre atividades de pesquisa e atividades extensionistas, discutindo coletivamente formas de incorporação da extensão nos processos formativos do Programa;

05. Articular discussões, com profundidade, sobre a inclusão da “inovação” nas pesquisas educacionais, problematizando nossas interações com os setores não acadêmicos (UFPE, 2024, p. 3).

Além de sua atuação no auxílio ao processo contínuo de autoavaliação e planejamento estratégico do PPGEDU, após estudar e discutir os documentos referenciais que orientam os processos de autoavaliação na CAPES, da Área 38 e da UFPE, a CAAD indicou, ainda no ano de 2023, a necessidade de realização de um programa mais amplo e aprofundado de autoavaliação, envolvendo docentes, estudantes, pessoal técnico, egressos e representantes externos, para a finalização do quadriênio 2021-2024. Para tanto, como foi indicado anteriormente, a Comissão de Autoavaliação foi estendida, integrando representantes discentes, do corpo técnico e externos. Essa comissão elaborou e coordenou um programa especial de autoavaliação desenvolvido nos anos de 2023 e 2024.

O programa proposto pela Comissão compreendeu as cinco etapas recomendadas pelos documentos referenciais da área:

- 1. Preparação (nov./2023 a abr./2024):** A partir da aprovação da proposta de realização de um programa especial de autoavaliação pelo Colegiado do PPGEDU, foi iniciada a fase de preparação para as atividades. Essa fase envolveu: i) A busca de sensibilização dos docentes, discentes, corpo técnico e egressos do Programa, através de e-mails, reuniões e palestras, para compreender o sentido, relevância e a necessidade da participação ativa de toda a comunidade no processo. ii) O estudo dos documentos referenciais sobre autoavaliação, do modelo vigente de avaliação da CAPES e dos resultados das últimas avaliações externas do Programa; iii) A elaboração de um programa detalhado, de um cronograma e de instrumentos quantitativos e qualitativos para fundamentar o processo. Para a elaboração dos instrumentos quantitativos, foram constituídas quatro subcomissões que elaboram questionários específicos a serem respondidos por cada um dos segmentos de agentes do Programa (docentes, discentes, egressos, corpo técnico). Em termos de instrumentos qualitativos, além das reuniões com a Coordenação, com o Colegiado e dos representantes com as Linhas, foi proposto a realização de rodas de conversas com cada um dos segmentos para apresentar e discutir os resultados preliminares dos levantamentos quantitativos. No caso do corpo técnico, devido ao pequeno número de funcionárias/os atuando no programa (5 pessoas), a abordagem quantitativa tornou-se inviável e, portanto, decidimos trabalhar somente com as discussões e o relatório da roda de conversas.
- 2. Implementação (mai./2024 a out./2024):** A fase de implementação envolveu: i) O processo técnico de codificação dos questionários elaborados no formato de formulários virtuais, para facilitar o acesso, ampliar o alcance do levantamento e facilitar o posterior tratamento dos dados; ii) A realização de uma ampla campanha para estimular os docentes, discentes e egressos do PPGEDU a responder os questionários virtuais (jul.-ago./2024); iii) O tratamento e análise preliminar das respostas aos levantamentos pelas mesmas subcomissões que elaboraram os formulários (set.-out./2024).

3. **Divulgação e discussão dos resultados preliminares (nov./ 2024):** A fase de divulgação e discussão dos resultados preliminares dos levantamentos e do processo de autoavaliação se desenvolveu de duas formas: i) A discussão inicial dos resultados pelas subcomissões, pela Comissão de Autoavaliação, juntamente com a Coordenação do Programa, e em reuniões do Colegiado e das Linhas de Pesquisa; ii) A realização de rodas de conversas com cada um dos segmentos para discutir os resultados dos levantamentos, as análises preliminares e para propor encaminhamentos e sugestões para o Planejamento Estratégico do PPGEDU.
4. **Aplicação dos resultados (processo contínuo e Planejamento Estratégico):** É importante ressaltar que a aplicação dos resultados do processo de autoavaliação do PPGEDU, como processo contínuo, também vem acontecendo continuamente, através das recomendações da CAAD e das decisões e ações da Coordenação, do Colegiado e das Linhas de Pesquisa do Programa, ao longo de todo o quadriênio. Tratando-se especificamente dos resultados do ciclo intensivo de atividades de autoavaliação realizado entre 2023 e 2024, todavia, os mesmos foram sistematizados em um Seminário de Autoavaliação e Planejamento, realizado em novembro de 2024, e foram incorporados às discussões do Planejamento Estratégico do PPGEDU para o próximo quadriênio.
5. **Meta-avaliação (processo contínuo e Seminário de Avaliação e Planejamento):** A meta-avaliação do processo de autoavaliação do PPGEDU também tem ocorrido de forma contínua, através da discussão permanente nas instâncias do Programa sobre a atuação da própria CAAD e sobre as atividades de avaliação que vem sendo realizadas. O momento mais destacado e sistemático dessa meta-avaliação, entretanto, se deu no Seminário de Autoavaliação e Planejamento do Programa, em novembro de 2025, quando foram apresentados os resultados das atividades desenvolvidas ao longo do ano, as críticas e propostas elaboradas nas rodas de conversa com os diferentes segmentos e, especialmente, o relatório da participante externa de nossa Comissão de Autoavaliação, a Profa. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS). Esse processo de meta-avaliação continuará a se desenvolver, todavia, na medida em que continuarmos a discutir os procedimentos, resultados e recomendações da autoavaliação no planejamento e implementação das ações do próximo quadriênio.

É importante registrar que a implementação do programa de autoavaliação planejado enfrentou alguns obstáculos e sofreu alguns atrasos devido à greve dos docentes e funcionários das instituições federais de ensino que ocorreu entre os meses de março e junho de 2024, todavia, as dificuldades foram administradas com sucesso e não houve nenhum prejuízo significativo em relação aos resultados do processo. No próximo capítulo são apresentados, então, os principais resultados dos levantamentos e as discussões e recomendações elaboradas por cada segmento de agentes do PPGEDU a partir das atividades de autoavaliação realizadas.

### **3. RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS E DISCUSSÕES COM OS SEGMENTOS DO PPGEDU**

Este capítulo apresenta uma síntese dos resultados dos levantamentos e rodas de conversa realizados junto aos quatro segmentos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): discentes, docentes, egressos e técnicos. O objetivo principal de nossa autoavaliação, conforme discutido anteriormente, é proporcionar um processo contínuo de diálogo e elaboração sobre os horizontes e desafios do Programa e, a partir desse processo, subsidiar o planejamento e aprimoramento do Programa, identificando fragilidades e pontos fortes, buscando incluir a participação ativa de todos os diferentes atores envolvidos.

A partir desse objetivo, as subcomissões designadas pela CAAD elaboraram questionários específicos, para cada segmento, buscando estimular a reflexão e o diálogo sobre a trajetória, os problemas e o potencial do Programa e, especialmente, colher elementos para ampliar essas discussões em cada segmento e entre os diferentes segmentos. Os principais resultados dos levantamentos são apresentados a seguir, por segmento, finalizando com uma discussão panorâmica sobre os mesmos. No caso específico do corpo técnico, devido ao pequeno número de sujeitos participantes, a apresentação e discussão dos resultados foi somente qualitativa. Todos esses dados foram apresentados e discutidos no Seminário de Autoavaliação e Planejamento do PPGEDU, em dezembro de 2024. No segmento dos egressos, todavia, além do levantamento realizado diretamente pela Comissão de Autoavaliação, incluímos também alguns resultados de uma pesquisa feita pela Coordenação do Programa no final do ano de 2024.

#### **3.1 DISCENTES**

O levantamento foi respondido por 90 discentes, sendo 73,3% do mestrado e 26,7% do doutorado. Atualmente o PPGEDU conta com um total de 235 estudantes, sendo 107 no mestrado e 128 no doutorado. Desse modo, apesar das dificuldades ocasionadas pela greve das instituições federais de Ensino Superior que atravessou o ano de 2024, é possível afirmar que o número de participantes ofereceu uma amostra bastante representativa do Programa. Os anos de ingresso mais frequentes foram 2021 (18%), 2022 (20,2%), 2023 (19,1%) e 2024 (27%). Em termos de faixa etária, há ampla variação entre 23 e 53 anos, com maior concentração entre 23 e 31 anos. A maioria dos discentes (55,6%) não recebe bolsa, enquanto 44,4% são bolsistas.

Os resultados apontam para uma avaliação positiva da dimensão pedagógica da atuação do Programa, destacando-se a qualidade dos conteúdos das disciplinas obrigatórias e eletivas. As disciplinas obrigatórias foram avaliadas com notas entre 9 e 10 por 62,2% dos discentes e entre 5 e 8 por 37,8%. As disciplinas eletivas tiveram avaliação ainda mais positiva: 75,8% entre 9 e 10, e 24% entre 5 e 8. Quanto à contribuição das disciplinas para os projetos de pesquisa, as obrigatórias receberam notas entre 9 e 10 por 54% e entre 6 e 8 por 38,2%. Para as eletivas, 71,3% deram notas entre 9 e 10. A diversidade das disciplinas eletivas foi apontada como um aspecto a ser melhorado, já que 58% dos discentes avaliaram esse critério entre 8 e 10. Os instrumentos avaliativos

das disciplinas foram considerados adequados por 83,2% dos respondentes (notas entre 8 e 10).

No que se refere ao ambiente acadêmico, 63% dos discentes relataram se sentir seguros para expressar suas ideias. Mesmo considerando esse número positivo, entendemos que esse é um aspecto que ainda precisa ser melhorado, considerando a importância da liberdade, segurança e criatividade para o desenvolvimento da pesquisa e do trabalho acadêmico.

Sobre a relação com os orientadores, 78,4% dos discentes atribuíram nota 10 para o suporte pedagógico, e 79,5% avaliaram a relação interpessoal com a mesma nota. Entretanto, a atenção à saúde mental foi apontada como um ponto fraco: apenas 44% avaliaram esse aspecto entre 8 e 10. Entre as sugestões apresentadas pelos discentes para melhorar esse ponto, destacam-se a implementação de um programa de apoio psicológico dentro do PPGEDU, a promoção de palestras e oficinas sobre saúde mental e bem-estar, além da criação de um canal de escuta e acolhimento específico para questões emocionais e acadêmicas.

Na dimensão de gestão, apoio e infraestrutura, a Coordenação do programa foi bem avaliada (76,6% entre 8 e 10). Outros aspectos receberam as seguintes avaliações entre 8 e 10: secretaria (67,1%), instalações das salas de aula (61,2%), página eletrônica do Programa (69,3%), documentos normativos (73%), atendimento presencial (74,1%), concessão de bolsas (56,4%) e segurança para denunciar assédio (60,9%). Aspectos que necessitam melhorias incluem o atendimento via WhatsApp (46,9%), concessão de ajuda de custo para eventos (45%) e bolsas para doutorado sanduíche (50,7%). Esses dados demonstram que a administração e a infraestrutura do Programa têm atendido de forma satisfatória as necessidades básicas dos estudantes, apesar das deficiências reconhecidas e apontadas por docentes e servidoras/es técnicas/os nos tópicos a seguir.

### 3.2 DOCENTES

O levantamento contou com a participação de 40 docentes de um total de 58 professoras/es, sendo 90% efetivos e 10% colaboradores. Em relação à comunicação interna, 45% dos docentes avaliam a comunicação com a coordenação como boa e 32,5% como ótima. A infraestrutura do PPGEDU foi considerada regular por 47,5% dos docentes, boa por 30%, insatisfatória por 15% e ótima por apenas 7,5%. Em contraste com as respostas dos estudantes, a avaliação da infraestrutura por parte dos docentes indica que as condições de trabalho oferecidas pela universidade não têm atendido de forma satisfatória as necessidades e demandas de docentes pesquisadoras/es. Entre os principais problemas mencionados estão a insuficiência da infraestrutura física diante do crescimento do número de Linhas, docentes e estudantes ao longo dos últimos anos, a insuficiência do número de funcionários do corpo técnico para atender a essa demanda crescente e a baixa qualidade e instabilidade do sinal de Internet nas dependências do PPGEDU, o que dificulta a realização de pesquisas e atividades acadêmicas à distância.

Sobre a política de credenciamento e reconhecimento, 37,5% consideram o sistema bom e 25% ótimo, mas 27,5% o avaliam como regular. Atualmente, os critérios para credenciamento e reconhecimento incluem a produção acadêmica do docente, sua participação em orientações e projetos de pesquisa, bem como sua contribuição para a oferta de disciplinas na estrutura curricular do PPGEDU. As avaliações variadas podem estar relacionadas à pressão pela produtividade e ao caráter excessivamente competitivo

que os modelos atuais de avaliação da pós-graduação têm estimulado, na visão de alguns docentes.

Apenas três docentes avaliaram como excelente o suporte à publicação científica, enquanto a maioria reconhece algum nível de apoio, mas, aponta dificuldades na produção e publicação de produtos acadêmicos. Quanto ao envolvimento dos docentes na graduação, 45% avaliaram sua participação como ótima e 40% como boa. Dos docentes que responderam, 55% participaram de estágio pós-doutoral, sendo 17 em universidades estrangeiras.

O alinhamento entre áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular foi avaliado como incerto por 60% dos docentes, adequado por 37,5% e insuficiente por 2,5%. Quanto ao alinhamento do planejamento do PPGEDU com as demandas regionais, nacionais e internacionais, 47,5% acreditam que talvez haja um alinhamento, mas que ele é insuficiente, enquanto 42,5% consideram que ele está bem direcionado. Esse conjunto de dados parece demonstrar um grau significativo de percepção negativa e insegurança de grande parte dos docentes em relação à coerência da proposta curricular à contribuição do Programa ao campo educacional e acadêmico. Na parte aberta do questionário, vários docentes demonstraram preocupação com o que viram como um número excessivo de Linhas de Pesquisa, com uma demasiada heterogeneidade e fragmentação das temáticas de pesquisa e áreas de atuação dos docentes e com uma deficiência de organicidade na proposta e atuação do programa. É interessante analisar o contraste, neste tópico, entre a percepção dos docentes e a avaliação de estudantes e egressos. Para tanto, essa discussão será retomada no final deste capítulo.

### 3.3 EGRESSOS

No levantamento realizado pela Comissão de Autoavaliação, foram coletadas respostas de 62 egressos dos últimos cinco anos. Destes, 83,6% são egressos do mestrado e 37,7% do doutorado. A conclusão do curso no tempo estimado não foi alcançada por 54,8% dos egressos, sendo as principais razões dificuldades metodológicas nas disciplinas (88,6%), necessidade de trabalhar (34,3%), mudanças no projeto (22,9%) e falta de tempo para estudar (17,1%).

Sobre a continuidade da produção científica, 80,6% afirmam que seguem publicando, sendo os principais formatos artigos científicos (78,3%), capítulos de livros (56,7%) e trabalhos completos em eventos (36,7%). Além disso, 88,7% dos egressos mantêm contato com seus ex-orientadores. Em termos de atuação profissional, 80,3% atuam ou atuaram em instituições públicas após a conclusão do curso, 50% dos respondentes atuaram no ensino superior e 21,7% também em cursos de pós-graduação. Outros atuam na educação básica: ensino fundamental anos iniciais (36,7%), finais (31,7%), médio (30%) e educação de jovens e adultos (15%). Esse conjunto de números indica um excelente grau de efetividade da formação oferecida pelo PPGEDU. A grande maioria dos egressos do Programa indicam que continuam participando ativamente dos debates acadêmicos e que têm buscado e logrado construir carreira profissionais no campo da educação, sobretudo no sistema público.

Em relação à experiência dos egressos com o PPGEDU, a infraestrutura foi apontada como um aspecto a melhorar, especialmente no que diz respeito ao acesso a equipamentos, como computadores, projetores, impressoras e recursos tecnológicos

adequados nos espaços de trabalho do Programa, que foram mencionados como deficientes pelos respondentes.

Além do levantamento realizado diretamente pela Comissão de Autoavaliação, a Coordenação do PPGEDU encaminhou, ainda no final do ano de 2024, um novo formulário para os Egressos do Programa, buscando sobretudo identificar sua inserção e atuação profissional. Esse segundo levantamento obteve um índice de respostas ainda maior (93 respondentes, 48 egressos do mestrado e 45 do doutorado), corroborando os dados do primeiro levantamento e adicionando algumas informações que não haviam sido investigadas anteriormente. Seguem abaixo os principais resultados desse segundo levantamento.

Dentre os egressos, 87% consideram que o programa teve alto impacto em suas carreiras, 12% apontam impacto médio e somente 1 respondente considerou um impacto baixo. Esses números revelam que, para a maioria dos respondentes, a formação recebida no PPGEDU foi determinante para sua trajetória profissional. Do mesmo modo, 76% indicam que suas atividades profissionais estão relacionadas com os temas pesquisados em suas dissertações ou teses. Esse dado aponta para uma forte correspondência entre a formação acadêmica e a prática profissional, evidenciando que muitos egressos articulam diretamente os conhecimentos adquiridos durante o curso em suas atividades.

Outro dado significativo diz respeito à continuidade da formação acadêmica dos respondentes. Dentre os estudantes que concluíram o mestrado no PPGEDU, 72,9% estão cursando ou já concluíram o Doutorado, majoritariamente dentro do próprio PPGEDU. Isso reforça a importância do programa como uma via de formação continuada para seus próprios alunos. Por sua vez, 8,8% dos egressos do doutorado informaram que, posteriormente, seguiram com a realização de estágios de pós-doutorado. Embora esse número ainda seja relativamente baixo, reflete o compromisso consolidado de parte significativa dos egressos do Programa com a carreira acadêmica no ensino superior e na pós-graduação.

Os resultados de ambos os levantamentos demonstram que o PPGEDU tem um impacto relevante na formação acadêmica e na inserção profissional de seus egressos. A maioria das ex-alunas/os segue atuando no campo da educação, com ênfase na docência, especialmente no ensino superior. Além disso, a continuidade da formação acadêmica e a produção intelectual são evidências do impacto duradouro do programa na trajetória dos egressos.

### 3.4 EQUIPE TÉCNICA

Em virtude do pequeno número de funcionárias/os atuando no corpo técnico do PPGEDU (5 pessoas), tornou-se improdutivo fazermos um tratamento quantitativo das respostas ao questionário formulado pela subcomissão. Todavia, as questões foram diretamente discutidas com toda a equipe técnica em uma roda de conversa, juntamente com a Coordenação do Programa, e os resultados foram relatados por uma das funcionárias participantes do processo. Apresentamos a seguir, portanto, alguns dos principais resultados apontados no relatório.

A maioria das pessoas da equipe técnica concordou que há deficiências em relação à infraestrutura física e aos equipamentos necessários para o trabalho na secretaria, especialmente em relação a quantidade e qualidade de computadores, impressoras/copiadoras, projetores multimídia e instalações de energia e Internet. Também foi indicada a insuficiência da quantidade de pessoas na equipe em relação à demanda de trabalho do Programa, especialmente em períodos de seleção, matrícula e preenchimento dos relatórios de avaliação.

A comunicação com a coordenação e discentes foi considerada bastante eficiente. Mas, foram apontados problemas sistemáticos na comunicação e colaboração com docentes do Programa. Outro problema fortemente enfatizado pelo corpo técnico foi a falta de incentivo e de oferta de oportunidades para a capacitação e qualificação profissional. Foi indicada, especialmente, a demanda por cursos de capacitação sobre o funcionamento da pós-graduação, sistemas administrativos e redação oficial.

### 3.5 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os levantamentos e rodas de conversa realizados pela Comissão de Autoavaliação permitiram identificar alguns dos aspectos mais centrais da percepção e dos investimentos profissionais e afetivos das pessoas de cada um dos diversos segmentos em relação ao PPGEDU. Permitiram, também, reconhecer algumas das principais deficiências, preocupações, expectativas e desejos que mobilizam essas/es sujeitos. É interessante, para finalizarmos a discussão desses resultados, buscarmos destacar algumas das convergências reiteradas nos levantamentos e discussões com cada segmento e explorar algumas questões que surgem a partir das diferenças e divergências observadas.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar os problemas relacionados às deficiências de infraestrutura e financiamento do Programa. As/os estudantes demonstraram uma avaliação predominantemente positiva em relação às instalações físicas, atendimento presencial e aspectos gerenciais do PPGEDU, porém, a avaliação positiva foi abaixo da média em relação à disponibilidade de bolsas convencionais (56,5%) e sanduíche (50,7%), assim como em relação ao atendimento virtual e ao financiamento de participação em eventos. As/os estudantes egressos também ressaltaram as questões estruturais e de equipamentos como um dos aspectos a serem melhorados no Programa. Docentes e corpo técnico foram ainda mais incisivos em relação a como os problemas de infraestrutura, equipamentos, instalações, Internet e falta de pessoal prejudicam as condições e qualidade do trabalho.

Obviamente, esses não são problemas exclusivos do PPGEDU. Há um acúmulo considerável de estudos e pesquisas no campo da Educação (p. ex. FREITAS, 2018) analisando a questão do subfinanciamento histórico do sistema público de ensino no país – incluindo o ensino superior e a pós-graduação – e demonstrando como esse problema tem sido agravado com a contradição entre o crescimento da demanda social, os esforços por inclusão das universidades e instituições públicas e as políticas de austeridade e desmonte de serviços propugnadas por ideólogos e agentes do mercado. A fragilidade é ainda mais aguda quando se recortam a realidade da Região Nordeste no campo das ciências humanas e sociais. Nesse contexto, portanto, cabe ao PPGEDU, como parte da comunidade acadêmica, buscar estratégias para viabilizar seu trabalho, buscar recursos e minimizar os efeitos do subfinanciamento ao mesmo tempo em que

contribui e participa ativamente dos debates públicos, sobretudo através da elaboração de estudos e pesquisas, com vistas a contrapor e reverter essa situação. Uma das ações possivelmente viáveis, em nível local, e potencialmente produtivas melhorar o trabalho do Programa diante da escassez de recursos passa, certamente, por buscar caminhos para atender a demanda da equipe técnica por mais oportunidades de formação e capacitação.

A comunicação entre os diversos agentes do programa foi um aspecto avaliado positivamente, de forma geral, por todos os segmentos. Embora os servidores técnicos tenham apontado uma dificuldade recorrente na comunicação por e-mail com parte das/dos docentes. Nas discussões desses resultados, entretanto, surgiu um tópico que não havia sido suficientemente explorado nas questões levantadas e trabalhadas pela Comissão de Autoavaliação: a questão da comunicação externa e divulgação científica e social das atividades do Programa. A maioria dos participantes, de diversos segmentos, reconheceram que essa tem sido uma fragilidade histórica do PPGEDU. A Coordenação corroborou a mesma percepção e indicou que já tem tomado medidas para ampliar e dinamizar a visibilidade pública do Programa através da renovação do *website* do Programa e inserção em redes sociais. Em consonância com essa perspectiva, foi enfatizada a necessidade de passar a considerar sistematicamente e desenvolver melhor as estratégias em relação a esse tópico no planejamento do Programa.

Outro aspecto que precisa ser destacado, entre os resultados das consultas e discussões, foi a demanda dos discentes quanto à necessidade de uma maior atenção à sua saúde mental e emocional diante da carga de trabalho exigida pelos cursos de pós-graduação. Essa questão também parece estar relacionada ao fato de que 54,8% dos egressos indicaram que não conseguiram concluir o curso no tempo previsto. A questão da saúde emocional e mental de estudantes e profissionais também não é um problema isolado do PPGEDU. O crescimento de problemas relacionados a essa dimensão já tem sido tema de estudos e discussões em diversos programas e contextos, sobretudo, mas não exclusivamente, a partir da eclosão da Pandemia do Covid-19 no ano de 2020 (CORRÊA et al., 2022; COSTA, NEBEL, 2018). O avanço das lógicas neoliberais e de suas dinâmicas de subjetivação no campo da educação – tanto básica quanto superior – tem sido reiteradamente reconhecido como produtor de formas específicas de sofrimento psíquico que se tornam funcionais para suas dinâmicas de governamentalidade (SAFATLE et al., 2020; BROWN, 2019; DARDOT, LAVAL, 2016). Vários estudos desenvolvidos por pesquisadoras/es docentes e discentes do próprio programa têm explorado aspectos dessa problemática. O desafio colocado, portanto, é o de construir estratégias e caminhos para enfrentar essa realidade no contexto do PPGEDU.

O aspecto mais central e mais rico das discussões com os diferentes segmentos e entre os segmentos, no processo de autoavaliação como um todo foi, sem dúvida, o debate sobre a identidade, coerência, organicidade e relevância pública do PPGEDU. Em relação a esse tópico, é interessante ressaltar um visível contraste entre as percepções manifestadas por parte dos docentes, de um lado, e por discentes e egressos, de outro. Houve, entre as/os docentes, uma sinalização de significativa insegurança e desconforto em relação à identidade e coerência curricular e política do Programa: 60% dos docentes responderam que não tem certeza quanto ao alinhamento entre áreas de concentração, Linhas de Pesquisa e currículo do PPGEDU, somente 37,5% consideraram esse alinhamento adequado. Quanto ao alinhamento entre o planejamento do Programa e as demandas regionais, nacionais e internacionais do campo da educação, somente 42,5% consideraram que há um direcionamento adequado, enquanto

47,5% indicaram que esse alinhamento é insuficiente. Esses números são corroborados por várias respostas, nas questões abertas, que indicam insegurança e desconforto com a configuração e rumos atuais do PPGEDU, especialmente indicando um receio de dispersão e perda do foco diante do aumento do número de Linhas e da crescente heterogeneidade do Programa.

Em contraponto às percepções e preocupações indicadas por parte dos docentes, as respostas de estudantes e egressos parece indicar um grau significativo de coerência entre o currículo do PPGEDU, seus projetos de pesquisa e sua atuação profissional na academia, no ensino básico e em outros setores da educação. A grande maioria dos estudantes atuais atribuiu notas entre 9 e 10 para as disciplinas obrigatória e eletivas que estão cursando no Programa. A grande maioria também indicou que essas disciplinas, sobretudo mas não somente as eletivas, tem contribuído diretamente para o desenvolvimento de seus projetos de pesquisa. Há, nesse sentido, a cobrança pela oferta de uma maior diversidade de disciplinas eletivas. A grande maioria dos egressos, por sua vez, afirmam que tem seguido carreira no campo da educação – especialmente no ensino superior e na pós-graduação, mas, também na educação básica – e que mantém os contatos com seus orientadores, grupos e redes de pesquisa. Do mesmo modo, a quase totalidade dos egressos respondentes (87%) reconhece que sua formação no PPGEDU teve um alto impacto no desenvolvimento de suas carreiras.

Torna-se necessário investigar e aprofundar, portanto, quais as razões dessa discrepância entre as percepções médias de docentes e de estudantes e egressos. Uma hipótese que foi apresentada e discutida no Seminário de Avaliação e Planejamento é que o crescimento acentuado do programa ao longo da última década – incluindo a diversificação de Linhas e temáticas de pesquisa – não foi acompanhado por uma discussão suficientemente ampla e aprofundada sobre as transformações na configuração, na proposta e no papel do PPGEDU diante dos cenários acadêmico e sociopolítico atuais, nos níveis regional, nacional e internacional. Desse modo, muitos docentes têm pouco ou nenhum contato ou conhecimento sobre as pesquisas, trabalhos e atividades que são desenvolvidas por colegas de outras linhas e grupos de pesquisa e sobre suas relações com seu próprio trabalho e com a proposta do Programa. Um dado que corrobora essa hipótese é que 100% dos docentes indicaram haver coerência entre sua própria formação, atuação e a proposta curricular do Programa, mas, somente 37,5% consideram esse alinhamento adequado em relação à estrutura do PPGEDU. Outro aspecto que parece relacionado a esse tópico é que as respostas dos docentes indicaram certo nível de incompreensão, desinteresse ou mesmo rejeição ao tema da internacionalização, apontado por alguns como uma questão artificial ou irrelevante para o PPGEDU. Nesse sentido, várias/os participantes chamaram a atenção para a carência e a necessidade de se abrirem fóruns de discussão mais aprofundados sobre a configuração e proposta do Programa e, também, de haver um evento acadêmico geral e periódico no PPGEDU, com a participação de todas as Linhas e Grupos de Pesquisa, para que haja um maior reconhecimento, troca e debate entre os diferentes eixos teóricos, temáticos e de trabalho atualmente presentes no Programa.

#### **4. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA A COORDENAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO PPGEDU**

A autoavaliação visa não apenas identificar deficiências e aprimorar aspectos estruturais e acadêmicos, mas, também promover um ambiente de diálogo contínuo entre todos os setores e pessoas atuantes no Programa. Dessa forma, é possível construir estratégias colaborativas para enfrentar desafios, fortalecer a identidade institucional e melhorar a qualidade da produção acadêmica, da formação oferecida e da contribuição do Programa aos debates públicos e à sociedade. Nessa perspectiva, após a divulgação dos resultados dos levantamentos por formulário eletrônico e as discussões iniciais com os diferentes grupos do PPGEDU, a Comissão de Autoavaliação solicitou que cada segmento se reunisse e elaborasse considerações, sugestões e propostas para serem trabalhadas no planejamento estratégico do Programa. Nessa etapa, discentes e egressos que participaram do processo decidiram reunir-se no mesmo Grupo de Trabalho, apresentando um relatório comum. Este capítulo reúne as principais considerações e propostas elaboradas, apresentadas e discutidas por cada segmento do Programa em seu Seminário de Autoavaliação e Planejamento. Ao final, condensa as principais críticas e sugestões das/dos participantes ao próprio processo de autoavaliação e apresenta, igualmente, uma síntese do parecer da participante externa sobre o processo de autoavaliação.

##### **4.1 DISCENTES E EGRESSOS**

Diante das falhas na comunicação institucional eletrônica, os discentes e egressos apontaram a necessidade de organizar um sistema que permita a atualização dos e-mails dos estudantes e, especialmente dos egressos, no banco de dados do PPGEDU. Também indicaram a importância de estabelecer um sistema mais eficiente de comunicação através do *WhatsApp* e do *website* institucional. Do mesmo modo, foi bastante enfatizada a preocupação das/dos estudantes com a insuficiência na disponibilidade de bolsas de estudos para todas as pessoas interessadas. Perante essa limitação, o grupo ressaltou a necessidade de haver uma maior transparência em relação ao planejamento, aos critérios de distribuição e aos processos de implementação e controle na concessão das bolsas. Em relação a esse aspecto, é importante registrar que essa reivindicação já foi parcialmente atendida pela Coordenação do Programa através da reativação e mobilização da Comissão de Bolsas, com a participação de representantes do corpo discente, para acompanhar mais de perto os aspectos considerados.

Outra questão destacada pelas/os estudantes em suas recomendações foi a solicitação aos docentes de considerar com mais cuidado a questão da carga de leituras exigidas nas disciplinas. Segundo elas e eles, o excesso de leituras em algumas disciplinas tem forçado os estudantes a deslocar o esforço do trabalho específico com suas pesquisas. Para equilibrar essa demanda, os discentes sugeriram a definição de leituras prioritárias e complementares, permitindo maior flexibilidade no acompanhamento dos conteúdos. Além disso, propõem a adoção de estratégias pedagógicas mais dinâmicas, como discussões orientadas e sínteses compartilhadas, que reduziriam o impacto da sobrecarga sem comprometer a profundidade do aprendizado. As/os estudantes também destacaram a necessidade da oferta de um maior número de disciplinas eletivas

alinhadas aos temas de trabalho das Linhas de Pesquisa, garantindo que os conteúdos abordados estejam em consonância com os projetos em desenvolvimento.

A percepção de falta de atividades de integração entre discentes, docentes e pesquisadores também foi apontada como um fator que impacta negativamente na construção de uma identidade acadêmica coesa dentro do Programa.

As principais recomendações das/dos estudantes e egressos podem ser apresentadas, então, nos seguintes tópicos:

- Atualização da matriz curricular para melhor atender à necessidade de oferta de disciplinas eletivas.
- Maior atenção das linhas na consulta aos estudantes para oferta de disciplinas eletivas.
- Seminários de dissertações e teses organizados pelos núcleos, linhas de pesquisa e pelo próprio Programa.
- Planejamento coletivo das ementas das disciplinas ofertadas.
- Retorno mais estruturado dos docentes sobre atividades avaliativas e pedagógicas.
- Maior acesso ao serviço de atendimento psicológico (NASE) e criação de um serviço específico para a pós-graduação.
- Melhorias na infraestrutura das salas de aula;
- Implementação de uma ouvidoria para questões de assédio.
- Publicização do quantitativo e critérios de concessão de bolsas, com maior previsibilidade para os estudantes.
- Definição de cronogramas de reuniões entre discentes e núcleos para alinhamento de demandas acadêmicas.
- Ampliação da realização de eventos internos para socialização das pesquisas em andamento.
- Incentivo à participação dos discentes em eventos científicos com maior apoio institucional.
- Fortalecimento da integração entre discentes de diferentes turmas, Linhas de Pesquisa e níveis acadêmicos.
- Ampliar o suporte à publicação acadêmica dos egressos.
- Criar um canal oficial para acompanhamento dos egressos e fortalecimento da rede de colaboração científica.
- Incentivar a participação de egressos como convidados em eventos do Programa.
- Desenvolver parcerias institucionais para estimular a atuação dos egressos em projetos de extensão e pesquisa.

#### 4.2 DOCENTES

As/os docentes destacaram a necessidade de uma revisão mais ampla do currículo, incluindo uma discussão sobre as condições e estratégias para garantir a oferta de disciplinas obrigatória e eletivas. Foram sugeridas mudanças na estrutura curricular, como a reorganização das disciplinas obrigatórias para garantir um percurso formativo mais coeso e a ampliação da oferta de disciplinas eletivas que contemplem as necessidades específicas das Linhas de Pesquisa. Além disso, foi apontada a necessidade de maior flexibilidade na organização da carga-horária e de viabilização institucional da criação de disciplinas compartilhadas com docentes de outros

programas, nacionais e internacionais, possibilitando uma formação mais abrangente, rica e atualizada, de acordo com as demandas contemporâneas do campo da Educação. Outra proposta relevante envolve o aprimoramento das disciplinas metodológicas, com maior ênfase na capacitação para a prática de pesquisa e o uso de abordagens inovadoras de ensino e aprendizagem. Outra preocupação destacada foi a questão da sobrecarga na carga-horária docente de parte dos colegas do Programa, indicando a necessidade de atenção do PPGEDU a demanda de uma melhor distribuição, na UFPE, do esforço docente entre graduação e pós-graduação. Além disso, os docentes enfatizaram a importância de políticas institucionais mais claras para incentivar a produção científica, fortalecer a internacionalização e ampliar a presença do Programa em redes de pesquisa nacionais e internacionais.

As principais recomendações foram organizadas nos seguintes tópicos:

- Fortalecer a internacionalização por meio da oferta de disciplinas conjuntas e remotas com professores internacionais.
- Ampliar a divulgação das ações do Programa;
- Consolidar um seminário anual ou bienal para fortalecer a visibilidade das pesquisas.
- Aperfeiçoar a comunicação institucional, fortalecendo o *Instagram* e o *website* oficial.
- Ampliar a política de incentivo para a participação de docentes e discentes em eventos acadêmicos nacionais e internacionais.
- Buscar condições para garantir a redução da carga-horária para docentes envolvidos com atividades estratégicas do PPGEDU.
- Realizar diagnóstico sobre os docentes que não estão cumprindo a regra de oferta de disciplinas e propor ações corretivas.
- Garantir a presença de professores visitantes em cada linha de pesquisa a cada dois anos.
- Organizar reuniões periódicas para debater o posicionamento estratégico do Programa no cenário acadêmico nacional e internacional.
- Criar canais institucionais de compartilhamento de informações sobre pesquisas em andamento e convênios internacionais.
- Melhorar o suporte técnico e administrativo para a realização de eventos científicos e projetos de pesquisa interinstitucionais.

#### 4.3 EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica apresentou um conjunto de recomendações voltadas ao aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa. A equipe analisou aspectos críticos relacionados ao processo seletivo, à infraestrutura, à comunicação institucional e à qualificação profissional dos servidores, propondo estratégias para otimizar a eficiência dos processos internos e promover maior equidade na execução das atividades.

No que se refere ao processo seletivo de 2026, a equipe destacou a necessidade de melhorias na organização e condução das provas. Para isso, sugeriu aprimorar a preparação dos fiscais, garantindo encontros presenciais e uma antecedência mínima de 1h30 na chegada ao local de prova. A divulgação do edital deveria ser antecipada, permitindo melhor planejamento dos candidatos, além da inclusão de conteúdos

informativos em redes sociais e a realização de eventos online para esclarecimento de dúvidas.

Recomendou-se também a revisão do Edital, incluindo informações detalhadas sobre os documentos exigidos, os critérios para dispensa da taxa de inscrição e o formato adequado da documentação submetida. Outros ajustes sugeridos envolveram a ampliação dos prazos entre as etapas da seleção, a padronização de instrumentos de acessibilidade para candidatos com atendimento especial e a reformulação do espelho de prova, de modo que os avaliadores justificassem sucintamente a pontuação atribuída em cada critério de correção.

Em relação à infraestrutura, o relatório apontou a necessidade de investimentos para garantir melhores condições de trabalho. Destacou-se a instalação de pontos de energia em todas as estações de trabalho, uma vez que apenas as localizadas próximas às paredes possuíam tomadas. Além disso, recomendou-se a aquisição de estabilizadores para evitar falhas elétricas e a disponibilização de uma impressora/copiadora, essencial para a impressão rotineira de pareceres, declarações de banca e demais documentos administrativos.

A comunicação interna entre secretaria, coordenação, docentes e discentes foi outro aspecto problematizado. A equipe sugeriu a adoção de um sistema de agendamento para os atendimentos da coordenação, com ampla divulgação das datas de atendimento da Coordenação. Também enfatizou a importância do cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos pelo colegiado, especialmente por parte dos docentes, no que tange ao envio de ementas, atualização de disciplinas e preenchimento de informações no Sucupira. Além disso, recomendou-se a padronização dos canais de comunicação com os discentes, utilizando e-mail, telefone e WhatsApp de maneira mais estruturada, além de fortalecer a presença digital do Programa com a manutenção do site e o uso do Instagram. Para otimizar o fluxo de informações e evitar sobrecarga de demandas, propôs-se o uso de ferramentas colaborativas, como planilhas compartilhadas e arquivos padronizados para acompanhamento dos processos internos.

Por fim, o relatório reiterou a importância do incentivo à qualificação profissional da equipe técnica, sugerindo que os servidores tivessem a possibilidade de cursar disciplinas e participar de formações sem necessidade de compensação de horas, desde que dentro de um limite previamente estabelecido. Também foi recomendada a oferta de cursos em áreas estratégicas, abrangendo Redação Oficial, Comunicação Não-Violenta, Comunicação Antirracista, Linguagem Neutra, Libras e Excel.

As principais recomendações da equipe técnica estão resumidas nos seguintes pontos:

#### A. Processo Seletivo

- Melhorar a preparação dos fiscais, com encontros presenciais e maior antecedência na chegada ao local de prova.
- Divulgar o edital mais cedo para ampliar o período de inscrições e planejamento dos candidatos.
- Utilizar redes sociais para divulgar informações importantes e realizar eventos online para esclarecimento de dúvidas.
- Revisar o edital para incluir informações detalhadas sobre documentos exigidos, critérios de dispensa da taxa de inscrição e formato adequado da documentação.

- Ampliar os prazos entre as etapas da seleção para garantir mais organização e previsibilidade.
- Padronizar os instrumentos de acessibilidade para candidatos com atendimento especial.
- Reformular o espelho de prova, garantindo que os avaliadores justifiquem a pontuação atribuída em cada critério.

#### B. Infraestrutura

- Instalar pontos de energia adicionais em todas as estações de trabalho.
- Adquirir estabilizadores para evitar falhas elétricas e mau funcionamento dos equipamentos.
- Disponibilizar uma impressora/copiadora para facilitar a produção de documentos essenciais.

#### C. Comunicação e Fluxo de Demandas

- Implementar um sistema de agendamento para o atendimento da coordenação e divulgar as datas.
- Garantir que os docentes cumpram rigorosamente os prazos estabelecidos pelo colegiado, especialmente no envio de ementas e atualizações no Sucupira.
- Estruturar os canais de comunicação com os discentes, fortalecendo a presença digital do Programa por meio do site e do Instagram.
- Utilizar ferramentas colaborativas, como planilhas compartilhadas e arquivos padronizados, para otimizar a comunicação interna e evitar sobrecarga da secretaria e da coordenação.
- Evitar exceções nos protocolos administrativos, garantindo que todas as solicitações sejam feitas pelos canais institucionais para maior organização.

#### D. Qualificação Profissional da Equipe Técnica

- Permitir que os servidores técnicos participem de cursos e disciplinas sem necessidade de compensação de horas, respeitando um limite predefinido.
- Oferecer cursos de formação em áreas estratégicas.

### 4.4 APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como indicado no início deste relatório, a Comissão de Autoavaliação e Acompanhamento Docente (CAAD) é uma comissão permanente do PPGEDU que conta com representantes de todas as Linhas de Pesquisa e tem a atribuição de realizar uma autoavaliação contínua das atividades do Programa – sobretudo, mas não exclusivamente, das produções e atuação de docentes – para assessorar e subsidiar a Coordenação, o Colegiado e as Linhas de Pesquisa em seus processos de tomada de decisão e na elaboração de suas políticas e ações.

Nesse sentido, a aplicação forma de aplicação dos resultados do processo de autoavaliação do PPGEDU se dá, sistematicamente, a despeito de suas falhas e limites, através da atuação regular da própria CAAD. Todavia, para além de sua atuação cotidiana, a CAAD tem buscado desenvolver, a partir das recomendações das instâncias avaliativas da CAPES e da própria UFPE, atividades e programas especificamente voltados para fortalecer e aprofundar a dinâmica de autoavaliação do Programa e, de

maneira especial, para fundamentar o processo de planejamento estratégico para o quadriênio que se inicia.

É nesse contexto que se encontram os levantamentos, reuniões e rodas de conversa realizados com os diferentes segmentos do Programa durante o ano de 2024, assim como o Seminário de Autoavaliação e Planejamento realizado em novembro do mesmo ano. Segue, portanto, uma síntese de como vários dos resultados e recomendações do processo de autoavaliação desenvolvido ao longo do quadriênio 2021-2024 já contribuíram de forma importante para ações e decisões do PPGEDU.

Um dos exemplos mais significativos de aplicação dos resultados da autoavaliação foi o redirecionamento da política de participação de estudantes em eventos científicos. Com base na análise dos dados levantados, a Comissão de Autoavaliação e Acompanhamento Docente (CAAD) identificou uma redução na participação estudantil em congressos e seminários, o que indicava uma necessidade de incentivo institucional. Em resposta, o Colegiado do Programa adotou uma política de priorização do financiamento para a apresentação de trabalhos por discentes, garantindo maior visibilidade às pesquisas desenvolvidas no PPGEDU e ampliando as oportunidades de integração com redes acadêmicas nacionais e internacionais. Esse incentivo também contribuiu para a retomada da colaboração científica entre docentes e estudantes, aspecto essencial para a produção acadêmica do Programa.

Outro caso relevante, decorrente das recomendações da autoavaliação, foi a reestruturação da política de credenciamento e credenciamento docente. A partir da percepção de que algumas Linhas de Pesquisa enfrentavam dificuldades com a redução do quadro docente, foi realizada a abertura de um edital específico para o credenciamento de novos professores, focado nas Linhas com maior demanda. Esse movimento possibilitou um maior equilíbrio na distribuição do corpo docente, fortalecendo áreas que se encontravam fragilizadas e garantindo a continuidade da produção científica em temas estratégicos para o PPGEDU.

A internacionalização do Programa também foi uma área beneficiada pelo processo de autoavaliação. O diagnóstico realizado apontou a necessidade de estabelecer e fortalecer colaborações com instituições estrangeiras, especialmente por meio da participação em projetos conjuntos e da ampliação das oportunidades de intercâmbio acadêmico para docentes e discentes. A partir dessa análise, iniciativas concretas foram implementadas, como a consolidação de parcerias com centros de pesquisa internacionais, incluindo o Center for Ideology and Discourse Analysis (CIDA), da Universidade de Essex (Reino Unido), e a colaboração com a pesquisadora Rebeca Tarlau, da Stanford University. Essas parcerias resultaram na realização de eventos conjuntos, publicações colaborativas e intercâmbio de pesquisadores, ampliando a visibilidade internacional do PPGEDU e promovendo um ambiente acadêmico mais dinâmico e plural.

No que diz respeito à governança e gestão do Programa, a autoavaliação também teve um papel crucial ao indicar a necessidade de melhorias na comunicação interna e na transparência das decisões acadêmicas e administrativas. Em resposta, foram promovidas mudanças significativas nos canais de comunicação, incluindo a reformulação do *website* do Programa e a ampliação da presença digital do PPGEDU em redes sociais. Além disso, a reativação da Comissão de Bolsas, com a inclusão de representantes discentes, possibilitou uma maior transparência na distribuição dos

auxílios financeiros, garantindo critérios mais equitativos e um processo mais previsível para estudantes.

A infraestrutura e as condições de trabalho dos diferentes segmentos do PPGEDU também foram impactadas por medidas derivadas da autoavaliação. O corpo técnico, por exemplo, apontou dificuldades relacionadas à insuficiência de equipamentos e à necessidade de capacitação profissional contínua. Como resultado, foram encaminhadas solicitações para melhorias na estrutura física e tecnológica do Programa, bem como a proposta de viabilizar oportunidades de formação para a equipe técnica, garantindo um suporte mais eficiente para as atividades administrativas e acadêmicas.

Por fim, um dos aspectos mais debatidos no processo de autoavaliação foi a identidade acadêmica e a coerência interna do Programa. Enquanto parte do corpo docente demonstrou preocupações com a fragmentação temática das Linhas de Pesquisa, os discentes e egressos destacaram a relevância das disciplinas e o alinhamento dos conteúdos com suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Esse tensionamento resultou na necessidade de promover espaços de discussão mais aprofundados sobre a identidade do PPGEDU, levando à proposta de realização de um evento acadêmico geral e periódico, que possibilite maior interação entre as diferentes Linhas e grupos de pesquisa. Esse tipo de iniciativa visa fortalecer o diálogo interno e consolidar uma identidade coletiva mais integrada para o Programa.

É possível afirmarmos, portanto, que os resultados da autoavaliação realizada continuamente pela CAAD e reforçada pelas atividades especiais, formuladas e coordenadas pela Comissão de Autoavaliação estendida, têm demonstrado ser um instrumento fundamental não apenas para diagnosticar desafios e potencialidades, mas também para impulsionar mudanças concretas no PPGEDU. A incorporação sistemática de seus resultados nas decisões do Programa tem sido essencial para a construção de uma pós-graduação cada vez mais qualificada, democrática e socialmente relevante.

#### 4.5 META-AVALIAÇÃO E PARECER DA PARTICIPANTE EXTERNA

Além das contribuições e propostas para o aprimoramento da gestão e o planejamento estratégico do PPGEDU, também foi solicitado aos Grupos de Trabalho dos diferentes segmentos que apresentassem considerações e sugestões em relação ao próprio processo de autoavaliação do Programa. Todos os segmentos representados expressaram avaliações críticas positivas, negativas e recomendações sobre o processo de autoavaliação em si, identificando aspectos a serem melhorados para que ele se torne mais efetivo e representativo. Este tópico apresenta uma síntese das principais recomendações levantadas pelos quatro segmentos do PPGEDU sobre o próprio processo de autoavaliação e, ao final, apresenta as principais considerações desenvolvidas pelo parecer da Profa. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS), que participou ativamente como membra externa da Comissão da Avaliação desde o início de suas atividades.

Os discentes e egressos reconheceram a importância da autoavaliação para a melhoria do Programa, mas indicaram a necessidade de ajustes na metodologia e na forma como o processo é conduzido. A principal preocupação apontada foi a falta de efetividade na divulgação dos objetivos da avaliação e na visibilização do uso dos resultados produzidos. Alguns estudantes consideraram que não houve um retorno sistemático

sobre os encaminhamentos das recomendações feitas em avaliações anteriores, o que reduz a percepção de que a participação tem efeitos concretos. Outra questão levantada pelos discentes foi a necessidade de tornar o instrumento de avaliação mais detalhado e alinhado às realidades dos estudantes de mestrado e doutorado, permitindo a consideração de suas especificidades. Também foi sugerido que o processo de autoavaliação incluía, além dos questionários, mais momentos de diálogo estruturado, como reuniões ou fóruns presenciais e virtuais, para ampliar o engajamento da comunidade discente.

Os egressos, em especial, expressaram a importância da sua participação na autoavaliação, destacando que ela fortalece o vínculo entre os ex-alunos e o Programa. No entanto, recomendaram que o instrumento avaliativo seja mais adaptado às suas experiências, diferenciando, por exemplo, egressos do mestrado e do doutorado e suas respectivas trajetórias profissionais e acadêmicas. Outra sugestão foi a criação de um canal de acompanhamento contínuo com os egressos, permitindo que suas contribuições possam ser coletadas de forma sistemática ao longo do tempo, e não apenas em momentos pontuais de avaliação.

O levantamento entre docentes ofereceu uma avaliação predominantemente positiva (entre bom e ótimo) sobre o trabalho da CAAD, especialmente em relação às atividades de acompanhamento, credenciamento e credenciamento de professoras/es (63%). Mas, também, houve uma avaliação tendencialmente positiva em relação ao próprio processo de autoavaliação (55,5%) e ao acompanhamento das metas definidas (47,2%). As principais críticas, preocupações e recomendações entre os docentes apontaram a necessidade de um maior envolvimento de participantes externos no processo de autoavaliação – tivemos somente uma representante externa na comissão atual – e a necessidade de uma maior regularidade de levantamentos e atividades de autoavaliação ao longo do quadriênio, evitando a concentração das atividades no período final. Em síntese, as/os docentes enfatizaram a relevância da autoavaliação, mas destacaram a necessidade de torná-la um processo contínuo e mais integrado à gestão acadêmica do PPGEDU. Foi reforçada a recomendação de que a autoavaliação vá além do atendimento às exigências formais da CAPES e passe a ser utilizada como um instrumento estratégico para o planejamento do Programa.

A equipe técnica destacou que a autoavaliação ainda não contempla adequadamente as especificidades do segmento, sendo necessário um aprimoramento na formulação dos instrumentos de avaliação para captar melhor suas demandas e desafios. Foi sugerida a inclusão de questões específicas sobre as condições de trabalho, infraestrutura, fluxos de comunicação interna e processos administrativos do Programa. Outra recomendação da equipe foi que os resultados da autoavaliação sejam mais divulgados e discutidos internamente, garantindo que suas sugestões sejam incorporadas ao planejamento do PPGEDU. Do mesmo modo, a equipe enfatizou a importância da realização de reuniões periódicas para que possam dialogar diretamente com a Coordenação sobre as dificuldades enfrentadas e os encaminhamentos a serem adotados a partir da avaliação.

Por fim, apresentamos também uma síntese do parecer elaborado e da análise desenvolvida pela Profa. Maria Dilnéia Fernandes (UFMS), durante nosso Seminário de Autoavaliação e Planejamento, em 2024, sobre o processo de autoavaliação do PPGEDU. Destacamos que a Profa. Dilnéia participou ativamente de todas as etapas

desse processo e de todas as reuniões da Comissão de Autoavaliação desde o início de sua constituição, ainda no ano de 2023.

Em seu parecer, a Profa. Dilnéia Fernandes destacou a importância do contexto histórico, político e social no qual a autoavaliação do PPGEDU/UFPE está inserida. A professora traçou um panorama das transformações na universidade pública brasileira, especialmente em relação às reformas do Estado e à evolução das políticas de ensino superior e pós-graduação. Destaca-se o impacto da reforma administrativa de 1996 e a posterior redefinição do Estado entre 2003-2015, caracterizado pelo fortalecimento da pós-graduação e pela ampliação do acesso à universidade. Entretanto, o ciclo de crescimento foi interrompido a partir de 2016, com cortes no financiamento público e ataques à autonomia universitária, agravados pela pandemia da Covid-19. Esse período trouxe desafios significativos para as instituições acadêmicas, que tiveram de adaptar suas práticas e metodologias em meio às adversidades políticas e econômicas. Nesse cenário, a autoavaliação do PPGEDU assume um papel ainda mais relevante na reconstrução da universidade e no fortalecimento da pós-graduação, sendo um instrumento fundamental para direcionar os rumos do Programa.

A autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação foi formalmente integrada ao modelo da CAPES em 2018, com a Portaria nº 148/2018. A proposta buscou tornar os programas protagonistas na análise de sua própria trajetória, estabelecendo mecanismos internos para identificar pontos fortes, desafios e metas. O relatório menciona o Relatório de Grupo de Trabalho da CAPES (BRASIL, 2019a), que estabeleceu diretrizes para a autoavaliação, incluindo o uso de instrumentos metodológicos, envolvimento da comunidade acadêmica e alinhamento com o planejamento estratégico da instituição. A Área de Educação, no Documento de Área 38 (BRASIL, 2019b), também reforça a importância desse processo, propondo diretrizes para os programas orientarem sua autoavaliação.

Como destacou a Profa. Dilnéia, o PPGEDU/UFPE iniciou seu processo especial de autoavaliação ainda em 2023, com a realização de um primeiro Seminário de Autoavaliação e Planejamento, contando com sua própria presença assim como a do Prof. Ângelo Ricardo de Souza (UFPR), coordenador da Área de Educação na CAPES. O processo foi estruturado com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, formando subcomissões específicas para elaborar e validar instrumentos de escuta da comunidade acadêmica. Os formulários de avaliação foram aplicados ao longo de 2024, permitindo um levantamento detalhado das percepções da comunidade sobre o programa. Os dados coletados foram debatidos coletivamente, garantindo ampla participação e transparência no processo, o que demonstra um amadurecimento significativo da gestão acadêmica.

A Profa. Dilnéia Fernandes apontou como pontos fortes do processo de autoavaliação a ampla participação da comunidade acadêmica, o compromisso dos docentes e discentes na reflexão sobre o programa e a estruturação metodológica bem conduzida para a coleta de dados. A comunicação transparente entre os segmentos envolvidos e a preocupação com a internacionalização e com a inserção social dos egressos também foram destacados como aspectos positivos. A existência de um ambiente de discussão aberto e colaborativo foi essencial para fomentar um processo reflexivo e propositivo dentro do programa, permitindo que diferentes perspectivas fossem levadas em consideração.

No entanto, foram identificados desafios importantes. As dificuldades na articulação entre áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular são aspectos que necessitam de maior clareza e coesão. A infraestrutura do programa apresenta deficiências que impactam a qualidade da formação e o desenvolvimento de pesquisas. A comunicação entre docentes, coordenação e discentes ainda pode ser aprimorada para garantir maior integração e alinhamento dos objetivos do programa. A formação continuada de docentes e técnicos administrativos também se mostrou um ponto sensível, exigindo políticas institucionais mais consistentes. Esses desafios refletem a necessidade de um planejamento mais estruturado e de políticas públicas que fortaleçam o financiamento e a gestão dos programas de pós-graduação.

Dentre as sugestões apresentadas pela professora, destaca-se a necessidade de um maior engajamento coletivo na execução do planejamento estratégico do programa. Propõe-se também uma reestruturação da proposta formativa, com revisão criteriosa das diretrizes curriculares e melhor definição das regras para oferta de disciplinas. A ampliação das políticas de incentivo à publicação e à participação discente em eventos acadêmicos, bem como a criação de mecanismos mais efetivos para internacionalização e fortalecimento das parcerias interinstitucionais, foram recomendações enfatizadas. Além disso, sugere-se o estabelecimento de processos mais estruturados de acompanhamento dos egressos, permitindo que suas trajetórias profissionais retroalimentem o planejamento do programa.

O parecer apresentado conclui que a autoavaliação do PPGEDU/UFPE foi conduzida de maneira exemplar, com um processo metodologicamente bem estruturado e um forte envolvimento da comunidade acadêmica. Contudo, há desafios que precisam ser enfrentados para garantir um desenvolvimento ainda mais coeso e alinhado às exigências da CAPES e às demandas sociais. A continuidade desse processo, com avaliações periódicas e aprimoramento das estratégias já implementadas, é essencial para o fortalecimento do programa e sua consolidação como referência na formação de pesquisadores e profissionais da educação. A implementação das recomendações feitas ao longo do processo de autoavaliação será determinante para garantir um programa mais estruturado, responsivo e alinhado aos desafios contemporâneos da educação superior no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Processo de Autoavaliação do PPGEDU/UFPE, realizado ao longo do quadriênio 2021-2024, constituiu-se como um esforço coletivo essencial para refletir criticamente sobre a trajetória, os desafios e as potencialidades do Programa. Este Relatório sintetiza as principais análises, resultados e encaminhamentos desse processo, destacando avanços obtidos, dificuldades enfrentadas e possíveis caminhos e estratégias para o fortalecimento institucional nos próximos anos. A autoavaliação, conduzida de forma participativa e formativa, envolveu docentes, discentes, equipe técnica e egressos, consolidando-se como um instrumento de gestão e aperfeiçoamento acadêmico e institucional.

O Relatório foi organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta a fundamentação teórica e normativa da autoavaliação, com base nos documentos orientadores da CAPES e da UFPE. O segundo capítulo detalha as estratégias e metodologias adotadas, descrevendo minuciosamente as etapas do processo avaliativo. O terceiro capítulo analisa os principais resultados obtidos, incluindo percepções dos diferentes segmentos do Programa. Por fim, o quarto capítulo sintetiza as recomendações e encaminhamentos para o planejamento estratégico do PPGEDU no próximo quadriênio, visando consolidar sua atuação e relevância acadêmica e social. Demonstra, também, como os resultados da autoavaliação já vem sendo aplicados nas ações e políticas do PPGEDU e traz elementos para a avaliação do próprio processo de autoavaliação.

Conforme foi delineado no corpo do relatório, portanto, o processo de autoavaliação do PPGEDU foi estruturado em cinco etapas principais:

**Preparação** (nov./2023 a abr./20): Durante essa fase inicial, foram realizados estudos detalhados dos documentos normativos da CAPES e da UFPE, além de análises das avaliações anteriores do PPGEDU. Foram promovidas reuniões de sensibilização com representantes docentes, discentes e equipe técnica, destacando a importância da autoavaliação para o aperfeiçoamento do Programa. Também foram definidos os instrumentos de coleta de dados, como questionários segmentados para diferentes grupos e metodologias de análise qualitativa e quantitativa.

**Implementação** (mai./2024 a out./2024): Nesta fase, foram aplicados os questionários, obtendo-se ampla adesão dos segmentos do Programa. Além disso, foram promovidas rodas de conversa com cada segmento, permitindo um aprofundamento das análises e um levantamento mais preciso de demandas e sugestões. Os dados coletados foram organizados e analisados pelas subcomissões da Comissão de Autoavaliação, resultando em diagnósticos detalhados sobre os desafios e potencialidades do PPGEDU. Essa etapa revelou aspectos centrais da percepção da comunidade acadêmica, permitindo a elaboração de estratégias mais ajustadas à realidade do Programa.

**Divulgação e discussão dos resultados preliminares** (nov./2024): Os resultados iniciais foram apresentados e debatidos em reuniões com o Colegiado e em um Seminário de Autoavaliação. Esse momento foi fundamental para que docentes, discentes e técnicos validassem as interpretações e contribuíssem com sugestões adicionais para o planejamento estratégico do Programa. A ampla participação da

comunidade garantiu que os achados fossem contextualizados e aprofundados, promovendo um debate qualificado sobre os rumos do PPGEDU.

**Aplicação dos resultados** (processo contínuo e Planejamento Estratégico): Com base nos resultados parciais de cada etapa, foram formuladas recomendações concretas para aprimoramento da estrutura acadêmica, gestão institucional e políticas de internacionalização. Algumas medidas já começaram a ser implementadas, incluindo maior apoio à apresentação de trabalhos de estudantes em eventos, melhorias nos recursos e estratégias de comunicação institucional e iniciativas voltadas ao fortalecimento da integração entre Linhas de Pesquisa. A incorporação dos resultados da autoavaliação ao planejamento estratégico do Programa reforça o compromisso com a melhoria contínua e com a qualificação da formação acadêmica.

**Meta-avaliação** (processo contínuo e Seminário de Avaliação e Planejamento): O Seminário de Avaliação possibilitou também uma revisão crítica do próprio processo avaliativo, destacando aspectos bem-sucedidos e pontos que precisam ser aperfeiçoados nas próximas edições da autoavaliação. A continuidade desse debate será essencial para fortalecer a cultura de autoavaliação dentro do PPGEDU e garantir que as mudanças propostas sejam implementadas de forma eficaz.

Em geral, os levantamentos apontaram avanços significativos, especialmente na ampliação da produção acadêmica, na internacionalização e no fortalecimento das parcerias interinstitucionais. No entanto, desafios estruturais foram identificados, exigindo maior atenção da comunidade acadêmica e da gestão do Programa para a construção de soluções sustentáveis.

Um dos principais debates gerados no processo de autoavaliação foi a necessidade de maior integração entre as Linhas de Pesquisa e a definição mais clara da identidade do Programa. Docentes manifestaram preocupações sobre a dispersão temática e a necessidade de fortalecer a articulação entre os diferentes eixos de pesquisa. Sugeriu-se a realização periódica de fóruns de integração, eventos acadêmicos internos e ações interdisciplinares para promover maior coesão e colaboração entre as Linhas. A construção de um planejamento estratégico que contemple ações concretas para a articulação interna do Programa foi um dos encaminhamentos mais relevantes desse debate.

Os discentes avaliaram positivamente as disciplinas obrigatórias e eletivas, mas, apontaram a necessidade de ampliar a diversidade das disciplinas eletivas. Além disso, destacaram a importância de fortalecer o suporte acadêmico e psicológico, bem como tornar mais previsível e transparente a concessão de bolsas de estudo. Essas demandas foram incorporadas às recomendações do Planejamento Estratégico do PPGEDU, com propostas concretas para a ampliação das disciplinas ofertadas e aprimoramento dos mecanismos de apoio estudantil.

Os dados indicam que a maioria dos egressos mantém vínculo com a pesquisa acadêmica e atua em instituições públicas de ensino, especialmente no ensino superior. Contudo, foi identificada a necessidade de maior aproximação entre o Programa e suas ex-alunas/os, fortalecendo redes de colaboração e acompanhando sua inserção profissional. Como encaminhamento, propôs-se a criação de um canal institucional para acompanhamento dos egressos, além da ampliação de oportunidades para sua participação em eventos do PPGEDU.

A equipe técnica relatou dificuldades em relação à infraestrutura e destacou a necessidade de investimentos em equipamentos e capacitação profissional. Além disso, foi apontada a necessidade de aprimorar os processos administrativos para garantir maior eficiência e transparência na comunicação interna. Como resposta a essas demandas, foram sugeridas ações de reestruturação de algumas operações na secretaria acadêmica e capacitação contínua dos servidores técnicos.

Com base nos resultados da autoavaliação, as principais recomendações para o planejamento estratégico do PPGEDU, no próximo quadriênio, incluem:

- Fortalecimento da integração entre Linhas de Pesquisa, promovendo maior colaboração e intercâmbio acadêmico.
- Revisão e atualização da estrutura curricular, ampliando a oferta de disciplinas eletivas e adequando-as às necessidades discentes.
- Aprimoramento das políticas de suporte acadêmico e psicológico aos discentes, incluindo a criação de um canal institucional de acolhimento.
- Revisão e maior transparência nos critérios de concessão de bolsas, garantindo maior previsibilidade e equidade na distribuição.
- Fortalecimento das estratégias de internacionalização, incentivando a mobilidade acadêmica e parcerias interinstitucionais.
- Melhoria na infraestrutura e suporte administrativo, garantindo condições adequadas para docentes, discentes e equipe técnica.
- Criação de um canal de acompanhamento dos egressos, fortalecendo sua conexão com o Programa e sua inserção profissional.

Por fim, a Comissão de Autoavaliação expressa publicamente sua gratidão à Coordenação e ao Colegiado do PPGEDU, especialmente através das professoras Alice Botler, Raylane Barreto e do professor Alexandre Simão de Freitas, pela parceria, confiança e pelo apoio permanente na implementação das ações propostas pela Comissão. Também reiteramos nosso agradecimento à Profa. Dilnéia Fernandes, que se disponibilizou generosamente a participar e trabalhar conosco em toda essa jornada.

Agradecemos, especialmente, a todos os docentes, discentes, equipe técnica e egressos do PPGEDU que participaram ativamente da autoavaliação, oferecendo contribuições valiosas para o aperfeiçoamento do Programa. Encerramos este Relatório reafirmando nosso compromisso com a construção de uma pós-graduação cada vez mais aberta, democrática e relevante no enfrentamento dos grandes desafios que despontam atualmente nos campos da educação e da vida social nos cenários regional, nacional e global.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco; Programa de Pós-Graduação em Educação. **Planejamento Estratégico 2024-2026**. Recife, 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento da Educação Superior. **Relatório de Seminário de Meio Termo Educação**. Brasília, 2023.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco; Programa de Pós-Graduação em Educação. **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco**. Anexo à Ata da Reunião do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação realizada no dia 26 de abril de 2021.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco; Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG). **Documento norteador para o processo de autoavaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu da UFPE**. Recife, 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação: Grupo de Trabalho**. Brasília, 2019a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área 38: Educação**. Brasília, 2019b.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo. A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CORRÊA, R. et al. The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance. **International Journal of Educational Research Open**, v. 3, 2022.

COSTA, E; NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis**, n. 50, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, M. D. O processo de autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, quadriênio de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 2021-2024: um olhar externo. **Mimeo**, 2024.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SAFATLE, V; SILVA JR., N.; DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2020.

SILVA, Maria Betânia et al. 30 anos de uma história: A Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 1, p 227-242, 2012.